1 OS FIOS DO PASSADO NO PRESENTE

DOI: 10.48006/978-65-87289-17-5-2

ARQUEOLOGIA, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DIVERSIDADE: OS ENTENDIMENTOS SOBRE PATRIMÔNIO EM ALTAMIRA – PA

RHUAN CARLOS DOS SANTOS LOPES[1]

INTRODUÇÃO

Entre os meses finais de 2017 e em 2018 realizei estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob supervisão da Profª. Drª. Paula Mendes Lacerda, inserido no amplo projeto "Desigualdades, violências e violações de direitos humanos na Amazônia brasileira", coordenado pela minha supervisora juntamente com a Profª. Drª. Jane Felipe Beltrão, da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvido com recursos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A proposta da pesquisa de pós-doutoramento focava na cidade de Altamira, no sudoeste do estado do Pará, com a pretensão inicial de analisar a relação entre os povos tradicionais do município e o contexto de atuação da Arqueologia de Contrato relativas ao licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Situava o trabalho no entendimento de que as execuções de grandes obras de infraestrutura na Amazônia têm gerado diferentes contextos de violação e reivindicação de diretos. Pesquisas arqueológicas são executadas em função de tais empreendimentos, sob exigência da legislação vigente. A execução de resgate e/ou proposição de medidas para mitigação de danos ao registro arqueológico, porém, ocorre no contexto de exigências de coletivos sociais

1 Arqueólogo e Antropólogo. Professor Adjunto do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e docente permanente no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e UNILAB. Endereço eletrônico: rhuan.c.lopes@gmail.com.

ocupantes dos territórios afetados pelos grandes empreendimentos. Assim, considerando o contexto da construção de Belo Monte, a atuação dos movimentos sociais e as pesquisas arqueológicas no município de Altamira, propunha caracterizar a maneira como a atuação da arqueologia de contrato dialogava com os movimentos sociais, tendo como referência a tensão entre as demandas desses coletivos e consórcio empreendedor de Belo Monte; compreender as categorias nativas sobre o patrimônio arqueológico e sua relação com as demandas dos movimentos sociais no município de Altamira; e registrar as referências materiais criadas no contexto de reivindicações por direitos no contexto dos movimentos sociais.

Disse no primeiro parágrafo que havia uma pretensão inicial, pois ela sofreu reencaminhamentos ao longo da pesquisa, algo que não é estranho à investigação antropológica. Por um lado, tive pouco acesso aos resultados da pesquisa arqueológica oriundas do contexto de Belo Monte, notadamente acerca do cotidiano da relação entre arqueólogos e os sujeitos que, de alguma forma, interagiam com as intervenções destes pesquisadores. Por outro lado, na interlocução com parte dos movimentos sociais da cidade de Altamira, bem como o acompanhamento de atividades da Casa Regional de Memória Transxingu – vinculado à UFPA – foi possível verificar os entendimentos dos moradores sobre o patrimônio arqueológico e a dimensão material dos deslocamentos forçados pelas reformas urbanas provocadas pelos impactos ambientais e sociais de Belo Monte. É no contexto específico da finalização das obras da Usina que a minha pesquisa foi realizada e, portanto, as interlocuções foram construídas.

Este capítulo irá discorrer sobre isso. Inicio apresentando o debate sobre as interseções entre Arqueologia, povos tradicionais e grandes empreendimentos. Em seguida, faço breve apresentação do contexto da pesquisa do componente arqueológico de Belo Monte, tendo em vista os dados disponíveis. Por fim, realizo o debate referentes ao trabalho de campo e outros levantamentos realizados ao longo da pesquisa.

Pretendo, portanto, apresentar e debater histórias situadas nas relações das pessoas com o espaço urbano e, mais do que isso, que falam sobre as

perspectivas desses moradores a respeito da dimensão material que marca os deslocamentos provocados pela UHE de Belo Monte. A partir das narrativas dessas pessoas, quero evidenciar como trajetórias individuais constroem as dinâmicas da cidade e ficam registradas em casas, ruas, palafitas, pequenos objetos, vestígios arqueológicos etc. Esse mundo material constitui o que pode ser traduzido como patrimônio da história desses grupos, grandemente afetados pelos reordenamentos territoriais, que não os incluem nas lógicas estatais de patrimonialização e dos processos de licenciamento ambiental.

A pesquisa foi realizada a partir de diálogos diretos com os movimentos sociais, e com pessoas não ligadas a eles, com fins de construir o campo (Sarró & Lima 2006). A partir do método etnográfico, utilizei a observação participante tendo em vista o contexto local, o que possibilitou o reconhecimento das cadeias de significação inerentes aos interlocutores (Cardoso 1986). Realizei, também, entrevistas, no intuito de buscar informações e despertar interesse por parte do entrevistado (Arce 2000).

Observação e entrevistas, desse modo, não foram finalidades em si, mas sim direcionadas pelo interesse da pesquisa e não estão dissociadas, já que as perguntas foram feitas ao longo de todo o contato com os grupos sociais. Parte das reflexões geradas ao longo da pesquisa foi apresentada em material de divulgação científica, um dos produtos do projeto que enseja este texto (Lopes 2019).

ARQUEOLOGIA, POVOS TRADICIONAIS E GRANDES EMPREENDIMENTOS

A Arqueologia teve seu início enquanto disciplina no ensejo dos avanços coloniais pelo mundo. No âmbito das políticas de domínio coloniais, os arqueólogos integravam as disputas estratégicas, notadamente na representação sobre o *outro* que estava em processo de conquista. Um dos braços desse movimento histórico foi a produção de conhecimento sobre os espaços e povos em dominação, representando-os como atrasados e passíveis à sujeição (Ferreira 2008; Patterson 2008). Em diferentes países de origem colonial, o

estabelecimento de autonomia política frente às metrópoles não trouxe, necessariamente, desligamento com a perspectiva colonial. As elites políticas continuaram a construir imagens estereotipadas dos povos nativos, com vistas a localizá-lo em um passado distante da construção das nações em surgimento, sendo esta perspectiva corrente no Brasil (Ferreira 1999, 2009). Desse modo, a arqueologia tornou-se máquina de violência epistêmica, configurando identidades essencializadoras, a serviço da construção de nacionalismos coloniais, vinculada aos interesses de classe, apoiando nacionalismos, sexismo, expansionismo, narrativas de dominação de elites (Gnecco 2009, Leone 2008). Os debates pós-coloniais, contudo, têm problematizado esse tipo de atuação da Arqueologia. Tal como em outras ciências, essas discussões dizem respeito a um eixo fundamental: trata-se da constituição de possibilidades de outras epistemologias, outras referências e sensibilidades, bem como a crítica sobre a suposta possibilidade de dar voz a sujeitos subalternizados no processo colonial (Liebmann 2008, Spivak 2010).

No Brasil, as críticas à postura colonialista da arqueologia estão tomando significativas dimensões (Oliveira 2016), notadamente no que diz respeito à chamada Arqueologia de Contrato ou Arqueologia Preventiva (Pugliese Junior & Valle 2015, Ribeiro 2015, Rocha et al. 2013, Silva 2015). Praticada no contexto do licenciamento ambiental, tal arqueologia tem por finalidade efetuar pesquisas sistemáticas, em diferentes níveis, no âmbito de empreendimentos de infraestrutura, sejam eles financiados pelas esferas governamentais ou pela iniciativa privada (Brasil 2015). Sendo exigência legal para concessão de licenças ambientais, as investigações arqueológicas desse tipo têm, por um lado, permitido a produção de conhecimento sobre diferentes regiões do Brasil. A sua premissa científica é requisitada, permitindo a ampliação de debates sobre temas caros à Arqueologia brasileira (Caldarelli 2015). Por outro lado, tal prática arqueológica recebe sua maior crítica justamente por sua vinculação ao grande capital. Nesse sentido, sua orientação é dada pela lógica de mercado e seu compromisso com os empreendedores, em grande medida, coloca-a em consonância com as demandas destes últimos (Zarankin & Pellini 2012).

A execução de resgate e/ou proposição de medidas para mitigação de danos ao registro arqueológico, porém, ocorre no contexto de reivindicações de coletivos sociais ocupantes dos territórios afetados pelos grandes empreendimentos (Pugliese Junior & Valle 2015). Pautada no discurso da objetividade técnica, a Arqueologia de Contrato tende a ignorar as demandas dos povos tradicionais, inclusive a partir das conclusões das pesquisas, quando afirma a desvinculação desses coletivos com os vestígios arqueológicos (Ribeiro 2015). É justamente nessa dimensão que a Arqueologia apresenta os seus resquícios da colonialidade, notadamente no que tange à ideia de que não existe conhecimento dos povos tradicionais sobre o patrimônio arqueológico (Schaan 2011). Ignorar a perspectiva nativa, desse modo, significa reproduzir práticas colonizadoras (Gnecco & Hernandez 2008).

A UHE BELO MONTE E O COMPONENTE ARQUEOLÓGICO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A divulgação dos resultados das pesquisas do componente arqueológico do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte é realizada de maneira gradativa, a julgar pela consulta às informações disponíveis nos endereços eletrônicos da empresa responsável pelo trabalho (Caldarelli s/d, SCIENTIA s/d) e pela breve interlocução que tive com alguns de seus profissionais. Em ambos os caos, há indicação da grandiosidade dos resultados, as dificuldades de gerenciamento de um projeto dessa dimensão e a proporcional capacidade de gerenciamento e socialização dos acervos gerados, o que é recorrente em pesquisas dessa natureza (Caldarelli & Cândido 2017).

Segundo o Plano de Valorização do Patrimônio, inserido no Plano Básico Ambiental de Belo Monte (PBA), havia o objetivo de "[p]romover o estudo e a valorização de bens culturais, visando a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural da região onde a Usina está situada" (NorteEnergia s/d, infomação online) . Visava-se a elaboração e execução de projetos e programas de estudos, dentre eles "Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural", "Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico" e o "Programa

de Arqueologia Preventiva". Neste último, havia um conjunto de projetos: Prospecções Arqueológicas Intensivas, Salvamento Arqueológico, Registro e Análise das Inscrições Rupestres, Modelagem Arqueológica Preditiva e Educação Patrimonial (NorteEnergia s/d).

As pesquisas arqueológicas na região do médio e alto rio Xingu remontam à década de 1970, sem vinculação com o licenciamento ambiental. A partir de 1980, contudo, no ensejo dos estudos de viabilidade técnica e econômica da Usina *Kararaô* , foram realizados levantamentos preliminares que, após retomados no contexto de Belo Monte, somam mais de 30 anos de investigações (Muller et al. 2016). Seguindo a legislação ambiental contemporânea, as intervenções em campo ocorreram a partir de 2010 nas áreas afetadas pelos reservatórios da UHE, em diferentes canteiros de obras e estruturas auxiliares, nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, num total de 16.500 hectares (Kipnis & Caldarelli 2018, Muller et al. 2016). Ao longo desses trabalhos, houve identificação de 198 sítios arqueológicos e coleta de aproximadamente três milhões de peças arqueológicas, alocadas no Laboratório da Scientia em Altamira (Muller et al. 2016) e, segundo informações orais que recebi, em outros estados brasileiros. Os dados publicados até o momento apontam para o grande potencial arqueológico da região do Xingu, bem como a ocupação milenar na região, dialogando com o debate sobre a presença das culturas amazônicas e sua ação na antropização da floresta tropical (Muller et al. 2016).

Esse conjunto de informações técnicas e históricas sobre a Arqueologia de Contrato em Belo Monte dão a dimensão das pesquisas e indicam o possível impacto que tiveram no cotidiano dos morares das cidades envolvidas. Nas seções a seguir, irei debater os entendimentos dos moradores de Altamira acerca do material arqueológico da região e, mais do que isso, sobre a dimensão material dos deslocamentos alguns deles sofreram. Não se trata, como disse anteriormente, de debater a relação entre os arqueólogos atuantes na empresa de consultoria aqui referida e a população local, pois não tive acesso aos relatórios que poderiam informar sobre isso. Penso, porém, que há grande viabilidade desse tipo de análise.

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO VIA ESTRANHAMENTOS

Minha primeira estada em Altamira foi em 2013. Nos dois anos seguintes, retornei à cidade outras vezes, sempre para atividades vinculadas à UFPA. Esse período coincide com parte da minha formação em Antropologia e Arqueologia, na pós-graduação, e foi justamente em razão dela que pude fazer essas viagens. Primeiro, para ministrar aulas no curso de Etnodesenvolvimento e, também, para oficina e palestra inseridas na programação de projeto de extensão coordenado pela Profª Drª. Eliane Faria, da Faculdade de Etnodiversidade (Faria 2013). Depois, para participar de bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso de três discentes, as quais tive a satisfação de co-orientar (Barroso 2013, Lopes e Faria 2015, Santos e Leal 2014).

Apesar de sequenciais, essas minhas viagens tiveram pouco tempo de duração, em geral uma semana. Posso afirmar que conheci, inicialmente, o *campus* da UFPA mais do que a cidade de Altamira. Isso ocorreu por duas razões. Inicialmente, por conta do envolvimento e tipo de trabalho que precisava desenvolver: aulas em dois turnos do dia, palestra pela noite, ida a campo na área rural da cidade. A segunda razão, porém, certamente tem relação com a imagem divulgada sobre Altamira: uma cidade das mais violentas do Brasil. Sempre recebia o mesmo conselho: não ande à noite, evite trechos a pé e tenha cuidado. Por alguma razão, os alertas sobre Altamira me deixavam mais ressabiado que o normal – e tenho como referência a "normalidade" de quem convivia com a violência em Belém, capital e maior centro urbano do Pará.

Nesse período, Altamira estava imersa nas modificações provocadas pela construção da UHE de Belo Monte, com obras iniciadas em 2010. Esta Usina integra um dos projetos desenvolvimentistas executados na Amazônia, ensejada nas demandas de uma lógica de produção que violenta os povos tradicionais (Brum 2019). Os impactos sociais e ambientais desse empreendimento têm sido amplamente debatidos, tendo em vista também as ações de mobilização social dos coletivos afetados (Lacerda 2019, 2014, Oliveira & Cohn 2014, Parente 2016). Para mim, a cidade parecia superlotada. Sua es

trutura urbana lembrava tantas outras cidades antigas do interior amazônico, assentadas à margem de um grande rio, integrada ao mundo das águas e da floresta amazônica, mas também conectada em escala mundial através de redes de comunicação. Mas a dinâmica cotidiana parecia destoar das dimensões das suas ruas e praças.

Em uma das vezes que pude circular no bairro Aparecida, vizinho ao centro da cidade, vi uma quantidade assustadora de casas e prédios comerciais em arruinamento, em processo de demolição ou apenas com os últimos vestígios dos pisos. O cenário, para quem chegara a pouco, era de uma zona de guerra, com muitas baixas visíveis nas edificações. As paredes remanescentes, algumas marcadas com "x" em tinta vermelha e outras com código numérico, indicavam que a área foi desabitada em razão da futura elevação da cota do rio Xingu, provocada pela barragem de Belo Monte. Além disso, a quantidade de pessoas em circulação chamava a atenção de maneira particular: majoritariamente, eram homens, operários ligados às obras da Usina. Nos fins de semana, grupos deles se formavam em frente aos hotéis de preços populares do centro de Altamira, ou ainda nos bares e nos chamados Depósitos – lojas de armazenagem e venda de bebida alcoólica. Durante o dia, funcionários e prestadores de serviço da Usina circulavam pela cidade, uniformizados e nos carros adesivados com diferentes logomarcas. Uma delas chamava mais minha atenção: a da empresa que realizou o componente arqueológico do licenciamento ambiental da Usina. Em uma das minhas viagens de trabalho, estava ocorrendo um *sítio escola*, no qual estudantes de Arqueologia de diferentes estados brasileiros puderam ter aulas práticas de campo. Esses discentes também estavam pela cidade, usando o uniforme da empresa, a despeito das moções de repúdio assinadas por arqueólogos e diferentes instituições de ensino do país.

Claro que as pesquisas arqueológicas no Xingu não se restringiam ao empreendimento Belo Monte. Alguns deles, inclusive, demonstravam o conjunto de significados gerados no processo de construção das identidades dos povos *Xipaya* e *Kuruaya*, residentes em Altamira, ou dos agricultores da Transamazônica (Faria 2016, Fernandes 2012, Moraes e Bezerra 2012). Através da

minha breve participação na disciplina Arqueologia e História da Amazônia ofertada no curso de Etnodesenvolvimento, pude conhecer mais sobre o patrimônio arqueológico da região do rio Xingu e da rodovia Transamazônica. Os discentes frequentemente falavam sobre os vestígios encontrados em seus quintais, nas áreas de caça, de pesca – porque podiam vir junto das malhadeiras – enfim, vistos na terra em que cresceram. Parte do debate, contudo, era direcionado ao que era feito nas pesquisas do licenciamento ambiental de Belo Monte. Em todos, inclusive em mim, havia a curiosidade de saber para aonde estava indo o material arqueológico coletado nas pesquisas, qual seria o destino final deles, como o conhecimento produzido a partir desse acervo iria ser compartilhado com os povos que, gentilmente, deram licença para que equipes inteiras escavassem seus quintais, suas roças, as margens dos rios que lhes são familiares.

Essa experiência seminal em Altamira foi altamente relevante na minha formação, principalmente no que diz respeito à experiência docente. Conheci pouco a cidade, pelo estranhamento mediado pelas narrativas de violência, que por sua vez provocaram minha experiência de afastamento e não de fruição do espaço urbano naqueles momentos.

Em 2018 retornei à Altamira, agora envolvido no projeto "Desigualdades, violências e violações de direitos humanos na Amazônia brasileira". A pesquisa do estágio de pós-doutoramento foi delineada com base na minha experiência anterior na cidade, na expectativa de que o interesse pelas questões ligadas ao patrimônio arqueológico fosse uma constante, tendo em vista as sugestivas indicações de outras pesquisas e a minha interlocução anterior com os discentes da UFPA. A interlocução privilegiada em sala de aula já não era a primeira opção. O diálogo haveria de ser com os movimentos sociais, com as lideranças, junto às pessoas que potencialmente atuam no debate sobre patrimônio arqueológico. Em campo, gradativamente fui me aproximando de alguns desses sujeitos, com apoio da minha rede de contatos profissionais. Soma-se a isso, o gentil convite que recebi das educadoras e da coordena-

dora da Casa Regional de Memória Transxingu[2] para acompanhar algumas das atividades de educação patrimonial desenvolvidas pela instituição, o que possibilitou minha ida à Vila da Ressaca da Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfírio; à Comunidade Cobra Choca, em Vitória do Xingu; e à vila agrícola Assurini, na zona rural de Altamira. Entrevistas e observações diretas foram articuladas com a oferta de minicursos, oficinas e palestras tanto na UFPA, quanto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), para discentes da educação básica e, no ensino superior, para os cursos de Letras com habilitação em Língua Inglesa e também do bacharelado em Etnodesenvolvimento.[3] Isso possibilitou o diálogo com pessoas indígenas, líderes sindicais, docentes da educação básica, estudantes e outros moradores afetados diretamente pelos impactos de Belo Monte em Altamira. Por fim, pude participar de eventos acadêmicos ou dos movimentos sociais em Altamira

A interlocução com moradores de Altamira permitiu que eu entendesse que, naquele momento, a principal preocupação era a finalização das obras de Belo Monte, bem como o não cumprimento de algumas – não poucas – condicionantes do megaempreendimento. A cidade estava em processo de finalização do fluxo de pessoas vindas para trabalhar na Usina, e mesmo os engenheiros e diretores estavam sendo deslocados para outras obras. Contudo, como afirmou José Viana, presidente do Sindicato Intermunicipal da Agricultura Familiar e Empreendimento Rural (SIAFER), "eles estão indo, mas os problemas vão ficar".

Outra constatação junto aos interlocutores é que a violência na cidade, alardeada mundialmente, em verdade, não é democrática. Ao contrário do que eu imaginava anteriormente, é nos bairros periféricos, junto aos seus moradores, que a violência atua sistematicamente. Ela se deslocou para os

2 São elas a Profª. Esp. Ivanir Ester de Oliveira Gomes, Profª. Esp. Denise Targino Villar, e Profª Alessandra Lima Moura. Também contei com a colaboração de Camila de Fátima Simão de Moura Alcântara, através de oficina da Semana de Museus da Casa de Memória.

3 Estas atividades ocorreram em parceria com a Profª. Maria Gizelia Maria da Silva Freitas (UFPA), com Prof. Dr. José Luiz de Morais Franco (IFPA) e com a Profª. Drª. Eliane Faria (UFPA).

Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), criados para realocar os moradores daqueles bairros destruídos, como o de Aparecida. Não porque os moradores a levaram, mas porque o braço do Estado não alcança os RUCs. Não alcança também os líderes de movimentos sociais, as crianças e jovens expostos a um conjunto de violências que vão do assassinato à exploração sexual (Lacerda 2019, Oliveira 2019).

Assim, em um contexto de conflito em curso, como pensar ainda em patrimônio arqueológico, quando o urgente é se manter vivo? Não tenho resposta definitiva para essa questão, mas a interlocução do trabalho de campo apresentou encaminhamentos para refleti-la em diálogo com os interlocutores, como demonstrarei a seguir.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL, MODIFICAÇÃO URBANA E DEMANDA PELO PATRIMÔNIO

Antes de começar essa seção, cabe uma pequena explicação: como algumas das histórias narradas apontam situações de tensão, e para não expor as identidades dos interlocutores, alguns nomes foram trocados. Vou iniciar, então, com o que se diz sobre a cidade. Desde 2010 foi dado início à execução de um antigo plano de desenvolvimento econômico, pautado na produção de energia elétrica. A UHE de Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, prometia ser grandiosa em todos os sentidos. Desde o início de suas obras, no entanto, a região começou a sofrer mudanças desproporcionais e nem tanto animadoras para quem mora nos seus arredores.

Altamira, por exemplo, passou por amplas modificações em seu cotidiano. Aliás, a cidade tem sido frequentemente retratada como uma das mais violentas do Brasil. As notícias veiculadas em grandes meios de comunicação, e por jornalistas, associam os índices de violência ao crescimento populacional provocado pelas obras de Belo Monte (Brum 2019). Entre os moradores, porém, há certo desconforto nesse tipo de imagem projetada nacionalmente e internacionalmente. Todos reconhecem as mudanças ocorridas, já que eles são os mais impactados nesse sentido. Porém, há incômodo em ver o dia-a-

-dia de Altamira ser noticiado levando em conta apenas uma das dimensões de sua realidade. Esse foi o tom da breve fala de Joana, liderança de diferentes movimentos sociais de mulheres, ao refletir sobre o que entende por patrimônio de Altamira. Para ela, mesmo sendo vítima das consequências danosas dos projetos econômicos, a cidade tem como marca o seu "povo organizado", lutando por políticas públicas e melhorias de vida. A afirmação é representativa, pois foi realizada por uma experiente ativista social, atuante nas diferentes frentes que se articulam diante dos sucessivos projetos econômicos de integração para a região (Lacerda 2013).

Para quem saiu de Altamira antes do início das obras de Belo Monte, e retornou anos depois, há o impacto de encontrar uma cidade muito diferente. Esse espanto foi descrito por Vinícius, estudante da UFPA, ao falar sobre seu retorno à Altamira após 10 anos morando em outro estado. Para ele, a ausência das palafitas do bairro Aparecida, o aterramento de alguns igarapés ou a poluição de outros, fazem com que as suas referências de localização tenham sido modificadas. Vinícius completa que "nem meus amigos são os mesmos". As palavras de Vinícius marcam o susto de quem não acompanhou as mudanças gradativas e drásticas da cidade. A distância de aproximadamente 58 quilômetros entre Belo Monte e Altamira não evitou as consequências sobre os moradores. Bairros e diferentes ruas desapareceram ao longo do processo de aumento no nível do rio. Para quem chegava naquele momento, a imagem era de uma zona de guerra, com casas demolidas e restos de material de construção formando montes de entulhos no lugar dos prédios.

Para quem não deixou a cidade, o desalento não foi menor. Todos os moradores perceberam as mudanças, mas para quem morava ou ainda mora em alguns dos bairros diretamente atingidos, o impacto era cotidiano. As áreas próximas ao rio eram divididas pelas chamadas*cotas* , que indicam os níveis em que a água iria subir, já que a barragem de Belo Monte afetaria a vazão natural do Xingu. Maria, servidora pública e estudante universitária, uma das moradoras do bairro Aparecida, situado próximo ao centro de Altamira, conta como a retirada dos moradores acontecia. Segundo nossa narradora, em 2010 os debates sobre Belo Monte estavam acelerados. Por volta do ano

seguinte, os moradores começaram a ser cadastrados pela concessionária, para em seguida serem realojados nos RUCs, ou receberem indenizações com base nos valores de suas propriedades. Maria precisou "ficar migrando... de lugar, para lugar": tentou morar na Rua Abel Figueiredo, ainda nas imediações do bairro Aparecida, mas também foi retirada do local. Em seguida, foi para Açaizal e, novamente, teve que deixar a casa alugada, já que a área seria impactada pelo aumento da cota do rio Xingu. No caso dela, não houve a possibilidade de ser inserida nos projetos de reassentamento ou de receber indenizações.

Maria lembra que as propriedades eram marcadas com placas e códigos, indicando que seriam demolidas. Porém, nem todos aceitavam imediatamente os termos da proposta apresentada Norte Energia, empresa responsável pela construção de Belo Monte. Para essas pessoas, ficar em casa significava acompanhar de perto a demolição das residências dos vizinhos. Por vezes, as máquinas derrubavam o prédio ao lado ou à frente, logo em seguida à saída dos moradores. Segundo Maria, isso acelerava a decisão de quem ainda estava em dúvidas sobre o deslocamento para outro lugar.

Nas demolições iniciais, era permitido que os moradores retirassem parte do material de construção utilizado nas casas, tais como madeiras que poderiam ser reaproveitadas. Isso era utilizado, inclusive, nas adaptações dos prédios nos primeiros RUC's ocupados: *puxadinhos* e cômodos adicionais eram erguidos nas laterais ou nos fundos das casas, permitindo melhor adaptação à nova moradia. Isso provocou incômodo aos urbanistas da Norte Energia e fez com que fosse proibida a retirada de madeira das propriedades que estavam sendo demolidas no Aparecida ou em outros bairros. Como diz Maria, de repente os vizinhos não se conheciam mais. A saída acelerada, a demolição rápida das casas, o deslocamento para RUC's... tudo isso fez com que as pessoas ficassem espalhadas nas áreas distantes de Altamira, seja por estarem nos Reassentamentos, seja por necessitar comprar ou alugar casas em bairros diferentes.

As praias desapareceram com a subida das cotas de água do Xingu. Ficaram as praias artificiais, como nos diz Maria, atualmente pouco frequen-

tadas, principalmente pela localização e pelo excesso de sol, já que não são margeadas pela vegetação nativa, e pela lama no fundo da água.

Se alguns bairros sofreram com a forma como ocorreram o desmonte de casas e mudança dos moradores, outros ainda lutam para serem reconhecidos como impactados por Belo Monte. Esse é o caso do Jardim Independente I, localizado na periferia da cidade. Quem conta a história do lugar é José Viana, uma das lideranças locais do movimento de trabalhadores urbanos e rurais de Altamira. O Independente, como também é chamado o bairro, fica próximo a uma lagoa. O crescimento desordenado da cidade, associado ao aumento do custo de vida, fez com que a lagoa fosse gradativamente ocupada por pessoas que não podiam se manter nas casas próximas ao centro ou em outros lugares com melhor infraestrutura urbana. Além disso, os migrantes que vieram para trabalhar nas obras da Usina e, em seguida, ficaram desempregados, passaram a ocupar a área. Palafitas e esgoto a céu aberto passaram a compor a paisagem do bairro.

Por essas razões, José Viana nos diz que o Independente I foi impactado socialmente por Belo Monte, já que o aumento na pobreza e o crescimento populacional ocorreram em virtude do empreendimento. Mesmo assim, só no início do ano de 2018 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reconheceu que a área deve entrar nos estudos para realização de medidas compensatórias (G1-PA 2018, MAB 2018). A decisão chegou em meio às preocupações com a entrega das obras da Usina e a possibilidade de que a cidade ficasse desassistida, restando como saldo somente os problemas gerados ao longo de sua construção.

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: O QUE DIZEM OS MORADORES?

Um jovem estudante da Universidade Federal do Pará (UFPA) contou sobre o tempo em que era criança e brincava nos arredores de Altamira. Na década de 1990, a cidade possuía os ares do mundo urbano do interior da Amazônia: mesmo próximo ao núcleo urbanizado, havia áreas de mata, ba-

nhadas pelo rio. Esses locais eram um dos preferidos para os encontros de crianças que corriam e refrescavam-se no Xingu. João narrou que, junto com seus amigos, costumava atirar pedaços de cacos cerâmicos nas águas claras deste rio, e divertia-se quando elas pulavam na superfície antes de afundarem ao longe.

A narrativa acima foi apresentada em uma das oficinas ministradas ao longo da pesquisa que deu origem a este capítulo de livro, e que tinha como tema a Arqueologia Amazônica. Naquele momento, o narrador se deu conta de que os cacos que atirava ao rio eram, em verdade, peças arqueológicas espalhadas no solo do Pedral, área de lazer da população de Altamira naquele período. Hoje em dia, o Pedral abriga um dos RUC's criados no contexto da implantação da UHE Belo Monte. No Pedral não se vê mais os vestígios arqueológicos espalhados pelo chão, ao menos no entorno RUC. Há, porém, muitos restos de material de construção, resultantes da demolição de pequenos estabelecimentos que recebiam os visitantes. Segundo Faria (2016), a área foi pleiteada pelo movimento indígena como potencial espaço para o realojamento dos parentes que viviam nos bairros que estavam sendo impactados pela subida da cota do Xingu. A proposta se dava tanto pela acessibilidade ao rio, e possibilidade de manter a relação com este, quanto pela anterior presença do sítio arqueológico.

Mas o leitor pode se perguntar: essas pessoas foram retiradas de suas casas, o rio subiu, a cidade ficou violenta... não houve nenhum estudo para prever isso? Os Estudos de Impacto Ambiental são acompanhados por relatórios (EIA/RIMA), que por sua vez são analisados pelos órgãos públicos responsáveis pela emissão das autorizações necessárias para todas as etapas da obra, como dito anteriormente. Eles apontam quais os possíveis impactos que o ambiente e a sociedade irão sofrer em razão do empreendimento. A partir deles, também são tomadas decisões acerca dos procedimentos a serem tomados para *compensar* tais impactos. A retirada de pessoas de seus locais de origem é um exemplo.

Uma das interlocutoras da pesquisa afirmou que os estudos de impacto ambiental eram apresentados em reuniões, nas quais eram entregues peque-

nos gibis que informavam as condicionantes e as "coisas boas" que supostamente ocorreriam com a construção da Usina. Pouco se falava, nesses gibis, acerca dos perfis sociais dos moradores ou das questões ambientais dos bairros extintos. Segundo Maria, nessas reuniões era exposto, por exemplo, que havia patrimônio arqueológico em alguns pontos da cidade, coisa que soube apenas a partir do material de divulgação da Norte Energia.

Todo material arqueológico é protegido pelas leis brasileiras e por isso são incluídos nos EIA/RIMA (Brasil 2015). É necessário divulgar toda pesquisa realizada nas áreas em que há sítios que serão impactados por obras, pois nesses lugares também está registrada a história de passados distantes ou, muitas vezes, bem próximos a nós. Tanto em Altamira, quanto nas cidades vizinha de Vitória do Xingu e Brasil Novo, foram identificados e pesquisados sítios arqueológicos (Muller et al. 2016). Nesses lugares também foram realizadas atividades de Educação Patrimonial, que tinham como objetivo explicar para a população a relevância da preservação dos vestígios da presença de diferentes povos ao longo da história da região. Como tido anteriormente, milhões de peças e fragmentos foram coletados e levados para diferentes laboratórios no país, e outros estão em análise em Altamira (Muller et al. 2016).

Segundo Carla, uma estudante indígena que acompanhou de perto as pesquisas arqueológicas, a Educação Patrimonial era realizada nas escolas dos municípios, conforme os procedimentos que eram comuns na época. Apesar disso, nossa narradora não conheceu nenhuma atividade voltada para os povos indígenas, seja de Altamira ou de outra localidade no entorno dos sítios arqueológicos. Destaco, porém, que Faria (2016) deixou evidente que os vestígios cerâmicos coletados em sítio arqueológico na cidade de Altamira são lidos pelo povo *Xipaya* e *Kuruaya* como a materialização dos seus vínculos com a longa ocupação indígena do Xingu e, claro, com seus territórios.

Aqui encontramos outra tensão que surgiu junto e ao longo da construção de Belo Monte. Maria e Vinícius falaram de como Altamira foi modificada através da elevação das águas do Xingu e do deslocamento forçado de residentes de bairros inteiros. Carla, por outro lado, destacou que ocorreu grande preocupação do Movimento Indígena em relação ao destino do material

arqueológico que estava sendo resgatado durante o Licenciamento Ambiental da Usina. Para os indígenas, todos esses vestígios pertencem a eles, como afirma categoricamente Carla. Por essa razão, acreditavam que os vestígios deveriam permanecer em Altamira. Essa foi uma inquietação constante nos anos iniciais do empreendimento, e estava associada a toda a tensão por ele provocada. Os indígenas de Altamira também estavam sendo atingidos pelas mudanças no mundo urbano e sendo deslocados para os RUC's ou permanecendo em locais atingidos pela violência urbana, por exemplo. Paralelo a isso, os povos aldeados se viram violentados pela pressão sobre seus territórios: morte elevada de peixes e outros animais aquáticos, doenças, escassez de locais para produção agrícola (Faria 2016).

Para Carla, nesses momentos finais da história de construção de Belo Monte, a preocupação passou a ser direcionada às condicionantes que não foram realizadas. Isso fez com que eles se distanciassem do acompanhamento das atividades relacionadas à Arqueologia, pois havia maior urgência nas outras questões que não foram resolvidas. Parte das demandas foram atendidas com a elaboração e início da execução do projeto da Casa Regional de Memória Transxingu e da Reserva Técnica e Laboratório de Arqueologia, situados em Altamira. Essas instituições servirão para registrar e expor as pesquisas realizadas no contexto do licenciamento ambiental. A Casa de Memória, de acordo com Villar (2017), é uma medida compensatória e sua concepção e acervo foram constituídos a partir de oficinas participativas com os moradores da mesorregião do Xingu e da constatação de escassez de espaços culturais do tipo. No entanto, elas não surgiram apenas pela boa intenção do consórcio de Belo Monte. Carla relembra que o Movimento Indígena sugeriu ocupar a empresa responsável pelas pesquisas arqueológicas, no intuito de pressionar para que o desejo de permanência dos objetos que contam a sua história no rio Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas linhas acima pudemos ler algumas narrativas de pessoas que vivem em Altamira em um dos momentos históricos de intensas transformações da cidade. Por várias vezes, a cidade esteve no centro de interesses de algumas frentes de expansão econômica dos governos brasileiros. Em todos os casos, ocorreu a construção de grandes empreendimentos (Lacerda 2019). João, Joana, Vinícius, Maria, Carla e José Viana, com suas diferentes idades e experiências de vida, falaram de como um desses empreendimentos modificou bastante os lugares, as coisas e as vidas das pessoas. Todos falam da forma como era antes. Todos narram suas movimentações sendo mediadas por objetos, que podem ser desde casas, pontes, a pequenos cacos de cerâmica arqueológica. Quando João lançava pedaços de potes de barro no rio Xingu, não imaginava o que esses pequenos vestígios significavam para Carla e para os povos indígenas locais. Os moradores do bairro Aparecida, que tinham partes de suas casas alagadas quando o rio enchia uma vez por ano, não imaginavam que no Jardim Independente uma lagoa iria abrigar pessoas que precisaram fazer de uma área alagada sua moradia permanente, porque essa era a escolha mais viável entre as outras possíveis.

Em todos os casos, o início da minha interlocução se dava na apresentação da proposta da pesquisa. Mas como disse anteriormente, a tensão pelo fim das obras de Belo Monte e as transformações urbanas de Altamira apareciam como condicionantes das respostas e preocupações dos interlocutores. Vejo isso como uma indicação do alcance – limitado – das atividades de educação patrimonial exigidas pela legislação brasileira. Mais do que isso, do distanciamento eventualmente situacional que alguns grupos possuem dos entendimentos institucionais sobre patrimônio, em especial o histórico e arqueológico. Falo, cabe lembrar, em vistas ao contexto do licenciamento ambiental no Brasil. Nesse sentido, parece-me relevante a incorporação das longas reflexões sobre processo de patrimonialização que têm sido construídas pela Antropologia brasileira (Gonçalves e Tamaso 2018, Lima Filho, Beltrão e Eckert 2007). Parece bem claro, aos antropólogos, que as políticas de patri-

mônio estão ligadas a complexos jogos de força política. Assim, a polissemia da categoria patrimônio é reconhecida dado a diversidade de compreensões nativas – em não poucos casos opostas e divergentes aos entendimentos jurídicos – e que possuem meios próprios de preservação de seus saberes e tradições (Gonçalves & Tamaso 2018, Lopes & Beltrão 2016).

Desde a criação da Lei 3.924/1961, conhecida como Lei da Arqueologia, há esforços para proteção efetiva do patrimônio arqueológico, diante do avanço de atividades de infraestrutura sobre sítios arqueológicos e sua consequente destruição (Saladino 2014). Historicamente, contudo, mesmo havendo a relação entre o exponencial aumento das pesquisas arqueológicas de contrato e os processos de licenciamento ambiental (Lima 2001), o fenômeno desenvolvimentista, ainda hoje, continua traduzindo as práticas de preservação como entraves ao avanço de obras e frentes econômicas (Stanchi 2017). Polo (2018) sugere que as pressões que empreendedores exercem sobre arqueólogos, no âmbito da execução da Arqueologia de Contrato, transformam as premissas de uma arqueologia que deveria ser *preventiva* , em outra que se torna *póstuma*, dado a limitação de condições para exercer os procedimentos científicos pertinentes à disciplina e a posterior criação de mecanismos compensatórios à destruição do patrimônio arqueológico.

Na agenda da pesquisa da arqueologia brasileira, porém, está registrada a pluralidade das interpretações do patrimônio arqueológico e as memórias por ele suscitadas ou guardadas, e faço particular referência aos contextos amazônicos (Bezerra 2011, Fernandes 2014, Gomes & Lopes 2012, Leite 2014, Lopes & Portal 2018, Moraes 2012, Schaan 2006, Silveira & Bezerra 2012). Não se trata de questionar esse entendimento. Creio, por outro lado, que o caso apresentado neste capítulo nos coloca diante da necessidade de refletir acerca da incorporação dessas lógicas à política de licenciamento ambiental brasileira. Como já foi demonstrado por Oliveira (2015, 2016) para a relação entre laudos antropológicos e terras indígenas, as epistemologias nativas sobre a cultura material dizem respeito diretamente à luta por direitos etnicamente diferenciados, além de oferecerem entendimento mais amplo sobre a noção corrente de sítio arqueológico. Cabral (*apud* Prous 2019) descreveu

como, entre os *Waiãpi*, lugares sagrados nem sempre possuem registro material, pois são os caminhos ou moradas de seres sobrenaturais. A ideia de patrimônio, para esses indígenas, é traduzida na noção de "trilha ancestral" (*apud* Prous 2019: 816). Em não poucos casos, a pesquisa arqueológica, realizada a partir da academia, é mediada pelas demandas indígenas, inclusive nas negociações sobre aonde e quando realizar escavações ou outros tipos de intervenções (Lopes 2015).

Guardadas as evidentes diferenças, cabe-nos refletir sobre essa relação – entre a dimensão material e direitos – para outros grupos, dentre os quais os que se enquadram os interlocutores desta pesquisa. Não se trata de uma imediata projeção das epistemologias indígenas sobre as não-indígenas, ou de inflacionar a categoria *patrimônio* (Gonçalves 2007), mas sim problematizar a destruição de patrimônios forjados nas trajetórias pessoais, tais como as formas de habitar violentadas por reordenamentos urbanos (Guimarães 2013). Caldarelli (2015) tem argumentado, por exemplo, sobre a necessidade de ampliar a participação de arqueólogos nos planos e programas governamentais que preveem ações de médio e longo prazo e, portanto, são anteriores aos Estudos de Impacto Ambiental. Nesse sentido, é de se pensar na possibilidade de que os entendimentos nativos sobre o patrimônio, inclusive arqueológico, não devam ser apenas registros nas pesquisas da Arqueologia de Contrato, mas também instrumentos para mediação junto à legislação. No mínimo, como apontou Oliveira (2018), temos a responsabilidade de apoiar com nossos trabalhos o empoderamento desses grupos afetados por grandes empreendimentos. Claro está, contudo, que estamos tendo outros enfrentamentos também urgentes, tais como atuais propostas de mudança na legislação ambiental, que tendem a tornar mais frágeis os instrumentos de proteção ao patrimônio arqueológico (Mugnatto & Moraes 2018, SAB 2019).

Por fim, o que há de comum nessas histórias na cidade e da cidade de Altamira? Elas contam a forma como nossas histórias pessoais estão associadas a certos objetos. Mostram também como podemos ter nossas referências impactadas quando somos desligados desses objetos. São eles que constituem o nosso patrimônio de histórias pessoais.

REFERÊNCIAS

ARCE, Ricardo Sanmartín. 2000 "La entrevista en el trabajo de campo" *Revista de Antropología Social*. Madrid n. 9, pp. 105-126, Madrid.

BARROSO, Meire do Socorro dos Santos. 2013. *Canteiro de plantas medicinais na comunidade quilombola de Bairro Alto, Salvaterra, Ilha do Marajó/Pará*. Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Altamira: UFPA. (Inédito)

BEZERRA, Márcia. 2011. "'As moedas dos índios': um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil" *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, pp. 57-70, janeiro/abril.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2015. *Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015*. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília: Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BRUM, Eliane. 2019. *Brasil, construtor de ruínas:* um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago.

CALDARELLI, Solange Bezerra. 2015. "Arqueologia preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental" *In: Habitus.* Goiânia, v. 13, n. 1, pp. 5-30, janeiro/junho.

_____. s/d. *Perfil.* San Francisco: Academia.edu, Disponível em: <https://scientiaconsultoria.academia.edu/SolangeCaldarelli>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

CALDARELLI, Solange Bezerra & CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. 2017. "Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?" *In: Revista de Arqueologia Pública*. Campinas: v. 11, n. 2, p. 186-214, Campinas, novembro.

CARDOSO, Ruth. 1986. "As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método" *In*: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 95-105.

FARIA, Eliane da Silva Sousa. 2013. Projeto *Arqueologia, diversidade e direitos humanos na Transamazônica: a preservação do Patrimônio Cultural através da Educação* (Edital

PROEXT 2013 – Linha 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro). Faculdade de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Altamira: UFPA. (Inédito)

_____. 2016. *Viagem etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu:* memória e história indígena na Amazônia. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

FERNANDES, Glenda Consuelo Bittencourt. 2012. "Patrimônios culturais de Altamira". *In*: SCHAAN, Denise Pahl (org.)*Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada:* pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém: GKNoronha, pp. 149-164.

_____. 2014. *Um buraco no meio da praça: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico – o caso de Belém, Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém: IFCH/UFPA. (Inédita)

FERREIRA, Lúcio Menezes. 1999. "Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870)" *In: Revista de História Regional*. v. 4, n. 1, pp. 9-36, Ponta Grossa.

_____. 2008. "Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural" *In: Revista Arqueologia Pública*. São Paulo. v. 3, pp. 81-92.

_____. 2009. "'Ordenar o caos': Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém: v. 4, n. 1, pp. 71-91.

G1-PARÁ. 2018. "Ibama reconhece famílias que vivem em Altamira como atingidas pelas obras de Belo Monte". *Portal G1-PA*, Belém, 14 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-reconhece-familias-que-vivem-em-altamira-como-atingidas-pelas-obras-de-belo-monte.ghtml>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

GNECCO, Cristóbal. 2009. "Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad" *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 15-26, Belém, 2009.

GNECCO, Cristóbal & HERNÁNDEZ, Carolina. 2008. "History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists". *Current Anthropology.* Chicago: v. 49, n. 3, pp. 439-466, June.

GOMES, Raimundo Ney da Cruz & LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. 2012. "Cacareco de índio e artefato arqueológico: conversas entre arqueólogos e a família Souza

no Sítio Cedro, Santarém – Pará .*In: Revista Arqueologia Pública*. São Paulo: v. 5, pp. 20-31.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2007.*Antropologia dos objetos:* coleções, mu - seus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan/Ibram.

GONÇALVES, Renata de Sá & TAMASO, Izabela. 2018. "A antropologia nos proces- sos de patrimonialização: expansão de perspectivas". *In* : LIMA, Antonio Carlos de Souza; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sergio; LACERDA, Paula M. & OSORIO, Patricia (orgs.). *A Antropologia e a esfera pública no Brasil:* perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário. Rio de Janeiro/Brasília: E-Papers/ABA Publicações, pp. 451-465.

GUIMARÃES, Roberta S. 2013. "O encontro mítico de Pereira Passos com a Peque- na África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária carioca" *In* : GONÇALVES, José Reginaldo Santos; BITAR, Nina P. & SAMPAIO, Roberta. *A alma das coisas:* patrimônio, *materialidade e ressonânci*a. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, pp. 47-78.

KIPNIS, Renato & CALDARELLI, Solange Bezerra. 2018. "Caçadores-coletores do Holoceno Inicial no Médio Xingu" *In: Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas* Ihéus: v. 18, n. 33, pp. 151-199, julho/dezembro.

LACERDA, Paula Mendes. "Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado" *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ciências Humanas, Belém: v. 8, n. 1, pp. 153-168.

_____. 2019. "Meninos de Altamira: os crimes de emasculação que vitimaram mais de 20 garotos na cidade completam 30 anos" *In: Jornal Beira do Rio.* UFPA: edição especial, ano XXXIII, n. 3, pp. 1-8, junho/julho.

_____. 2014. *Mobilização social na Amazônia:* a "luta" por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-Papers.

LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. 2014. "*Pedaços de pote", "bonecos de barro" e "en- cantados" em Laranjal do Maracá, Mazagão – Amapá: perspectivas para uma Arqueo - logia Pública na Amazônia.* Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. (Inédita)

LEONE, Mark P. 2008. "The foundations of archaeology" *In*: CASTAÑEDA, Quetzil E. & MATTHEWS, Christopher N. (orgs.)*Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practice*s. Lanham: Altamira Press, pp. 119-138.

LIEBMANN, Matthew J. 2008. "The intersections of archaeology and postcolonial studies" *In*: LIEBMANN, Matthew J. & RIZVI, Uzma Z. (orgs.)*Archaeology and the postcolonial critique*. Lanham: Altamira Press, pp. 1-20.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe & ECKERT, Cornélia (orgs.). 2007. *Antropologia e patrimônio cultural:* diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra.

LIMA, Tânia Andrade. 2001. "A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências" *In: Revista de Arqueología Americana. México:* v. 20, pp. 51-79, enero.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. 2015. "Os *Tembé/Tenetehara* de Santa Maria do Pará: entre representações e diálogos antropológicos" *In: Iluminuras.* Porto Alegre: v. 16, n. 38, pp. 219-254, janeiro/julho.

_____. "Histórias que importam: o patrimônio perdido para Belo Monte em Altamira – Pará". *Jornal Beira do Rio*, edição especial – Memória e Conflito, ano XXXIII, n. 4, p. 1-8, Belém, agosto/setembro, 2019.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos & BELTRÃO, Jane Felipe. 2017. "Patrimônio histórico e memória social: entre indígenas e ex-internos na Vila Santo Antônio do Prata, Amazônia brasileira" *In: ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.* Manaus: v. 9, pp. 1-15, janeiro.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos & FARIA, Eliane da Silva Sousa. 2015. "Nos tempos da comunidade: interculturalidade pedagógica nos quilombos de Salvaterra, Marajó (PA)" *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa & BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Etnodesenvolvimento & universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belém: Santa Cruz, pp. 225-239.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos & PORTAL, Vera Lúcia Mendes. 2018. "Leprosários na Amazônia: reflexões sobre arqueologia, patrimônio e memória". *In: Revista de Arqueologia Pública*. Campinas: v. 12, n. 2, pp. 31-50, dezembro.

MAB. 2018. "Atingidos por Belo Monte voltam a ocupar Ibama em Altamira" *In: MAB Amazônia*. São Paulo, 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-belo-monte-voltam-ocupar-ibama-em-altamira >. Acesso em: 20 de março de 2020.

MORAES, Irislane Pereira de. 2012.*Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. (Inédita)

MORAES, Irislane Pereira de & BEZERRA, Márcia. 2012. Na beira da faixa: um estudo de caso sobre o patrimônio arqueológico, as mulheres e as paisagens na Transamazônica *In*: SCHAAN, Denise Pahl (org.).*Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá.* Belém: GKNoronha, pp. 109-134.

MUGNATTO, Silvia & MORAES, Geórgia. 2018. "Maia quer pautar nova Lei do Licenciamento Ambiental" *In: Agência Câmara de Notícias*. 27 de fevereiro de 2018. Brasília: Câmara dos Deputados.

MULLER, Letícia M.; KIPNIS, Renato; SANTOS, Maria do Carmo M. M. & CALDARELLI, Solange Bezerra. 2016. "Considerações iniciais sobre a cerâmica arqueológica da Volta Grande do Xingu" *In:* C. Barreto, H. P. Lima e C. J. Betancourt (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura. pp. 196-209.

NORTE ENERGIA. 2020. Plano de Gestão Ambiental. Brasília, s/d. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade >. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Assis da Costa. 2019. "Violência, segurança pública e condicionantes socioambientais: violações e mobilizações no contexto da Usina Hidrelétrica Belo Monte" *In: InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais*. Brasília: v. 5, n. 1, pp. 268-301.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. 2015. "(Re)aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul" *In* : OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio & SILVA, Alexandra Barbosa da (orgs.)*Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, pp. 234-261.

_____. 2016. "Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios *Kaiowá* no estado de Mato Groso do Sul, Brasil" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 29, n. 1, pp. 136-160, julho.

_____. 2018. "Colonialismo, licenciamento socioambiental e povos indígenas em Mato Grosso do Sul". *In*: COELHO, Fabiano (org.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (protagonistas da/na luta pela terra/território e das políticas públicas)*. Volume II. Curitiba: CRV, pp. 85-106.

OLIVEIRA, João Pacheco de & COHN, Clarice (orgs.). 2014.*Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA.

PARENTE, Francilene de Aguiar. 2016. "*Eles são indígenas e nós também*": pertenças e identidades entre os *Xypaia* e *Kuruaya* em Altamira/Pará. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. (Inédita)

PATTERSON, Thomas C. 2008. "A brief History of postcolonial theory and Implications for archaeology" *In*: LIEBMANN, Matthew J. & RIZVI, Uzma Z. (orgs.). *Archaeology and the postcolonial critique*. Lanham: Altamira Press, pp. 21-34.

POLO, Mário Júnior Alves. 2018. "O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do Iphan para a Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 31, n. 1, pp. 151-171, junho.

PROUS, André. 2019. *Arqueologia brasileira:* a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archeo/Carlini & Caniato.

PUGLIESE JUNIOR, Francisco Antônio & VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. 2015. "A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência *Munduruku* e a preservação do patrimônio cultural frente ao licenciamento ambiental de empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 28, n. 1, pp. 30-51.

RIBEIRO, Loredana.2015. "Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 28, n. 2, pp. 172-186.

ROCHA, Bruna Cigaran da; JÁCOME, Camila; STUCHI, Francisco Forte; MONGELÓ, Guilherme Z. & VALLE, Raoni. 2013. "Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 26, n. 1, pp. 130-140.

SAB. 2019. "Nota da SAB sobre a proposta de Lei Geral do Licencimanto Ambiental" *In: Portal SAB – Notícias* , Pelotas, 12 de julho de 2019. Disponível em: < https://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=773 >. Acesso em: 20 de março de 2020.

SALADINO, Alejandra. 2014. "Iphan, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 27, n. 1, pp. 40-58.

SANTOS, Alaise Cristina Gonçalves dos & LEAL, Margarete Cleia dos Santos. 2014. *Etnoconhecimentos: saberes e práticas tradicionais que envolvem a pesca artesanal e plantas medicinais no quilombo de Bairro Alto na Ilha do Marajó/PA* . Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Etnodesenvolvimento) – Faculdade de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Altamira: UFPA.

SARRÓ, Ramón & LIMA, Antónia Pedroso de. 2006. Introdução – Já dizia Mali nowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica" *In*: LIMA, Antónia Pedroso de & SARRÓ, Ramón (orgs.)*Terrenos metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfic*a. Lisboa: ICS, pp. 17-37.

SCHAAN, Denise Pahl. "Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara"*In: Revista de Arqueologia Pública*. Campinas: v. 1, n. 1, pp. 19-30.

_____. 2011. "Arqueologia e multivocalidade: desafios contemporâneos" *In*: *SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE: Construindo diálogos e parcerias para a preservação do patrimônio arqueológico do Maranhã* o. São Luís, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão, 17 a 19 de agosto de 2011. Manuscrito inédito. São Luis: s/ed.

SCIENTIA. Scientia Consultoria Científica Ltda. São Paulo, s/d. Disponível em: <https://scientiaconsultoria.com.br/site2009/index.php >. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

SILVA, Fabíola Andréa. 2015. "Arqueologia de contrato e povos indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro" *In: Revista de Arqueologia*. Pelotas: v. 28, n. 2, pp. 172-186.

SILVEIRA, Flávio Leonel da & BEZERRA, Márcia.2012. "Paisagens fantásticas na Amazônia: entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó" *In*: MAUÉS, Raymundo Heraldo & MACIEL, Maria Eunice*Diálogos antropológicos:* diversidades, patrimônios, memórias. Belém: L&A, pp. 119-149.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010.*Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG.

STANCHI, Roberto. 2017. "O patrimônio arqueológico: oitenta anos de delegações" *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* . Brasília: v. 35, pp. 171-201.

VILLAR, Denise Targino. 2018. "Casa Regional de Memória: um complexo mu seológico na Transxingu"*In* : *IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. A Educação brasileira: desafios na atualidade.* João Pessoa, de 15 a 18 de novembro de 2017.*Anais.* Campina Grande: Realize. Disponível em:<https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD4_SA11_ID1330_12092017164150.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

ZARANKIN, Andreas & PELLINI, José Roberto. 2012. "Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira" *In: Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Pelotas: v. 25, n. 2, pp. 44-60.